

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 677/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manish Gokal, natural de Louis Trichardt, República da África do Sul, de nacionalidade sul-africana, nascido em 19 de Outubro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 16 503/2007

Pela deliberação de mesa n.º 583/2007, de 24 de Maio, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e por despacho de 29 de Junho de 2007 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi Jorge Manuel Barbosa de Magalhães Brandão, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, transferido, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrado na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto de nível 2, ficando posicionado no escalão 4, índice 337. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 16 504/2007

Por despacho de 26 de Junho de 2007 da directora do Centro de Estudos Judiciários, no exercício de competência delegada, precedido de autorização por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 6 de Junho de 2007, foi o licenciado Manuel Frederico Lourenço Pacheco Ferreira, procurador-adjunto, nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2007 a 15 de Julho de 2008.

2 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 16 505/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 26 de Junho de 2007, no exercício de competência delegada, precedido de autorização por deliberação de 6 de Junho de 2007 do Conselho Superior do Ministério Público, foi o licenciado José Norberto Ferreira Martins, procurador-adjunto, nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, ao abrigo dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º,

n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2007 a 15 de Julho de 2008.

2 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 16 506/2007

Por meu despacho de 26 de Junho de 2007, no exercício de competência delegada, obtida a anuência prévia do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, foi Clarinda Maria de Sousa Teixeira de Almeida Leitão, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Coimbra, transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Julho de 2007, data a partir da qual se considera exonerada do lugar de origem. (Não carece da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 16 507/2007

Por meu despacho de 4 de Abril de 2007 e na qualidade de presidente do ex-Instituto de Reinserção Social, a licenciada Cristina Maria Esteves Ferrão Batista Paiva, técnica de justiça auxiliar da carreira de oficiais de justiça, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, requisitada neste Instituto, foi reclassificada como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1, índice 400). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 508/2007

Por meu despacho de 4 de Abril de 2007 e na qualidade de presidente do ex-Instituto de Reinserção Social, a licenciada Ana Paula Peixoto Dias Pereira, escriturária auxiliar da carreira de oficiais de justiça, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, requisitada neste Instituto, foi reclassificada como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1, índice 400). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 13 678/2007

1 — Nos termos da alínea b) do n.º 6 do aviso n.º 1582-A/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006, faz-se público que, por despacho de 26 de Junho de 2007 do Secretário de Estado da Justiça, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências do Ministro da Justiça n.º 11 999/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Junho de 2007, foi homologada a acta final de classificação e a lista de graduação final dos candidatos ao concurso de provas públicas para atribuição do título de notário, que se publica em anexo.

2 — De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 6 do aviso referido no número anterior, da decisão homologatória podem os interessados reagir mediante reclamação para o Ministro da Justiça ou impugnação contenciosa, nos termos gerais.

2 de Julho de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

ANEXO

Lista de graduação final (concurso de provas públicas para atribuição do título de notário)

Grad.	Nome	Direito privado	Direito público	Direito notarial	Média	Entrevista	Classificação final
1.º	Cláudia Sofia Duarte da Silva Barbas . . .	16,25	20	19,2	18,483	18	18,242
2.º	Sílvia Saraiva de Aguiar Cáceres dos Santos	17	19,7	13,65	16,783	18	17,392
3.º	Vanda Lisa da Rosa Fraga	17,5	17,2	12,7	15,800	18	16,900
4.º	Deolinda Carvalho Saturnino Pascoal	15	14,25	18,4	15,883	17	16,442